

*Em Análise*

# Riscos e Património Cultural

Reflexões em tempos de crise pandémica

**Esmeralda Paupério** | ICOMOS Portugal e membro do International Scientific Committee on Risk Preparedness (ICORP), CONSTRUCT-LESE, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Xavier Romão** | CONSTRUCT-LESE, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Vice-Presidente do International Scientific Committee on Risk Preparedness (ICORP)





*“Culture is crucial to our recovery, the social cement with which our post-Covid world needs to be rebuilt. Art is the creative force that animates us and allows us to live together collectively.”*

David Sassoli, Presidente do Parlamento Europeu, 18.11.2020

***Inúmeros perigos ameaçam constantemente o Património Cultural. De acordo com a definição adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU] em fevereiro de 2017, o perigo é “um processo, fenómeno ou atividade humana que possa causar perda de vidas, lesões ou outros impactos na saúde, danos materiais, perturbações sociais e económicas ou degradação ambiental”. Os conflitos armados, as catástrofes naturais, a pilhagem, roubo e tráfico ilícito de bens culturais, a deterioração, a negligência, a destruição ou a alteração do património, a urbanização desenfreada, ou o turismo mal gerido são perigos que, entre outros, a UNESCO reconhece como ameaças para o Património Cultural.***

## ENQUADRAMENTO

Face aos riscos a que muito do Património Cultural está exposto e em particular algum do Património Mundial, a UNESCO criou e mantém a [Lista do Património Mundial em Risco](#) que atualmente integra 53 propriedades ou sítios. Por sua vez, o International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] também aprovou na sua Assembleia Geral de 1999 o programa [Heritage@Risk](#) com o objetivos de identificar locais, monumentos e sítios do património ameaçados, de apresentar estudos de caso e tendências, e de proporcionar a partilha de sugestões para a resolução de ameaças individuais ou globais ao nosso Património Cultural. Neste contexto, face ao inúmero Património Cultural em risco, o presente artigo faz uma breve reflexão sobre os perigos que ameaçam o Património Cultural e sobre estratégias a implementar para a sua salvaguarda.

## GESTÃO DE RISCOS

A frequência recente com que eventos importantes de origem natural ou antrópica têm afetado o Património Cultural levou a uma maior consciencialização das instituições para a sua salvaguarda, tendo em atenção o seu valor para a sociedade. Para que sejam definidas estratégias de mitigação de risco mais adequadas para o Património Cultural Imóvel e delineadas intervenções apropriadas que reduzam a sua vulnerabilidade e aumentem a resiliência global, é necessário um conhecimento abrangente de todos os riscos. Considera-se, assim, que cabe à tutela do Património Cultural promover o desenvolvimento de análises e

estudos que venham a resultar na indicação de medidas que contribuam para a prevenção e mitigação desses riscos. No entanto, e apesar do aumento da perceção acerca da importância da ponderação dos riscos na salvaguarda do Património Cultural, a implementação de ações eficazes para a sua redução tem sido lenta. Existem múltiplas razões para a falta de investimento e de mudanças tangíveis na prevenção de riscos em Património Cultural, identificando-se como principais dificuldades o facto de:

- ser muitas vezes difícil quantificar os impactos dos perigos nos bens culturais devido à natureza intangível de muitos dos seus valores (e.g., valor histórico, valor estético, valor espiritual...);
- os métodos existentes de análise de risco mais detalhados serem dificilmente aplicáveis ao Património Cultural face à sua complexidade, à falta de conhecimento acerca das características e do comportamento físico dos bens patrimoniais e à dificuldade de obter informação fiável acerca destas variáveis;
- existir muito Património Cultural em risco, sendo necessárias análises de risco específicas para cada sítio, lugar ou imóvel, que tenham em conta os diferentes perigos que o ameaçam;
- a escassez de recursos ser grande, quer a nível financeiro, quer a nível técnico;
- as análises de risco terem de ser revistas regularmente e também sempre que se alteram as condições de conservação ou utilização do Património Cultural.

1 | *Incêndio na Catedral de Notre-Dame, 2019.*  
© Wikimedia Commons



2

2 | O ciclo de gestão de riscos.

Os riscos podem ser geridos recorrendo a uma adequada implementação do ciclo de gestão de riscos, cujos aspetos essenciais podem ser descritos em cinco fases, tal como representado na figura 2:

- 1.ª fase - Avaliação do risco;
- 2.ª fase - Comunicação do risco;
- 3.ª fase - Análise e decisão;
- 4.ª fase - Implementação de medidas de mitigação do risco;
- 5.ª fase - Monitorização e controlo.

Como se pode observar na figura 2, a **avaliação de risco** engloba três etapas. Estas correspondem à 'Identificação de perigos', à 'Avaliação de consequências, vulnerabilidade e exposição' e à 'Quantificação do risco'. O resultado desta fase é a atribuição de um nível ou uma classificação de risco para cada perigo analisado que é posteriormente transmitida às partes interessadas na fase de **comunicação do risco**. É fundamental que esta comunicação do risco seja efetuada de modo a que este seja compreendido de forma clara pelos decisores. A fase de **análise e tomada de decisão** é aquela em que se determina quais as ações a implementar em função do nível de risco obtido e onde cada tipo de ação a implementar pode ser avaliada e confrontada com as potenciais perdas, utilizando análises de custo-benefício, entre outros critérios. A fase seguinte também poderá incluir duas fases: a **mitigação de risco** propriamente dita e, se necessário, a definição de **medidas de emergência**. A primeira compreende a implementação das ações de mitigação de risco que foram selecionadas na fase anterior (caso existam) e a segunda implica o desenvolvimento de medi-

das de preparação para situações de emergência. A fase final do ciclo de gestão de riscos engloba a **monitorização e controlo** de eventuais alterações das condições dos bens patrimoniais, independentemente do facto de terem sido implementadas medidas de mitigação ou não. Salienta-se ainda que o ciclo de gestão de riscos requer uma implementação regular de forma a garantir que a informação de avaliação de risco é atualizada e que é mantido um nível adequado de preparação para responder, se necessário, a situações de emergência.

**NECESSIDADE DE POLÍTICAS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL**

Face às suas múltiplas dimensões, o Património Cultural que existe à escala local é sentido como pertença de toda a humanidade e a sua perda ou prejuízo tem efeitos que afetam a sociedade. Exemplo disto foi a comoção mundial perante a destruição da cidade histórica de Palmira, na Síria (2015), ou o incêndio na Catedral de Notre-Dame de Paris, em França (2019) (figura 2). Também a falta de regulação do fluxo turístico, como por exemplo em Veneza (figura 1) que se tornou Património Mundial da Humanidade da UNESCO em 1987 e que a partir de 2016 é integrada na lista da UNESCO de Património Mundial em Risco, levou a manifestações locais um pouco por todo o mundo a exigir uma regulação que limite o turismo. Em particular, considera-se que o turismo excessivo é responsável por impactos negativos como o aumento da poluição atmosférica e sonora, pela alteração do património arquitetónico, cultural e ambiental,



3 | Barco Cruzeiro a entrar em Veneza (2015).  
© Esmeralda Paupério

e também por colocar em risco a própria cidadania. Estes exemplos, entre outros, revelam o grande envolvimento e o comprometimento das comunidades com o Património Cultural, que o sentem como seu, independentemente do território onde este se situa.

Recentemente, a crise pandémica devida ao SARS-CoV2 acrescentou perigos e vulnerabilidades aos sítios e monumentos devido ao seu encerramento. Se muitas oportunidades se abriram possibilitando visitas virtuais a sítios, monumentos e museus, o acesso a fóruns de discussão e estudos sobre as necessidades do setor do Património Cultural, grande parte da humanidade viu-se privada da fruição ou de exercer o seu trabalho no Património Cultural uma vez que a internet não é ainda um recurso disponível a toda a população e a todas as instituições. Estatísticas de outubro de 2020 referem que apenas 60% da população mundial tem acesso à internet, sendo que destes, parte têm um acesso muito limitado. Adicionalmente, a falta de uso e de vigilância de lugares Património Cultural por encerramento devido à pandemia SARS-CoV2 potenciam, em muitos casos, a degradação, o vandalismo e o roubo de bens culturais. Também a redução drástica das receitas que resulta do encerramento de muitos locais terá implicações significativas a médio e longo prazo uma vez que muitos sítios e monumentos dependem dessas verbas para a realização de trabalhos de salvaguarda, conservação e restauro, ou trabalhos arqueológicos.

Apesar da crise pandémica ter evidenciado a vulnerabilidade do setor do Património Cultural, existem outros fatores da sociedade moderna que contribuem igualmente para essa vulnerabilidade. Neste contexto, referem-se em particular os impactos do turismo. Apesar do exemplo já referido relativo à cidade de Veneza, vários estudos referem que o turismo causa diversos impactos, positivos e negativos, na economia, no setor sociocultural e no ambiente. Dado que muitos dos bens do Património Cultural estão associados ao chamado Turismo Cultural, os dividendos económicos que daí resultam são um importante fator positivo para a sua conservação e gestão. É, no entanto, também preciso atender ao facto de os fatores de atração do Património Cultural serem, por natureza, únicos e frágeis. Por conseguinte, é fundamental que as partes interessadas estudem a melhor forma de proteger e preservar a longo prazo o Património Cultural, caso contrário, poderão ser causados danos irreparáveis e irreversíveis à própria identidade cultural. Face ao seu potencial económico, a adaptação massiva dos centros históricos das cidades privilegiando o turismo em detrimento da população local é, portanto, um ponto que afeta negativamente o Património Cultural. Neste contexto, a destruição ou a alteração do património por ações de requalificação urbanística enquadram-se nos perigos definidos pela UNESCO para o Património Cultural. Ações de requalificação com tempos de decisão e de intervenção demasiado curtos, sem estudos e diagnósticos que fundamentem as decisões, atribuindo usos inadequados a edifícios a preservar, associadas à falta de qualificação dos intervenientes, podem também causar danos significativos no património construído.

De um modo geral, observa-se que as obras de reabilitação dos centros históricos das nossas cidades, que têm como objetivo principal fomentar o desenvolvimento económico com base na massificação do turismo, levam a uma significativa destruição do Património Cultural. Referimo-nos não só às grandes alterações impostas à dinâmica social que constitui o tecido humano das cidades (com o esvaziamento da população local, da sua forma de viver, tradições e do seu comércio de vizinhança), mas também às intervenções físicas sobre o edificado, sem o devido respeito pelos seus testemunhos materiais com valor de civilização ou de cultura e que deveriam ser objeto de especial proteção e salvaguarda. Cabe aos governantes regular estas atividades de modo a exigir e a garantir a qualidade destas intervenções, cabendo também aos decisores/detentores de Património Cultural a responsabilidade de exigir a qualificação dos demais intervenientes que vão desde os projetistas até aos construtores e seus operários. Por sua vez, o excesso de equipamentos e serviços dirigidos a turistas levam à descaracterização das cidades e do seu Património Cultural, observando-se que os centros históricos de algumas destas cidades têm cada vez menos habitantes locais. Veneza será, talvez, o maior paradigma deste problema e, agora desprovida de turismo, poderá tender a tornar-se numa cidade deserta. Verifica-se assim que são necessárias políticas equilibradas de investimento e exploração do Património Cultural em articulação com as partes interessadas de forma a mitigar os riscos que levam a perda de Património Cultural, contribuindo assim para a sua sustentabilidade e salvaguarda.



**Práticas como a demolição integral do interior dos edifícios privilegiado o “fachadismo”, o emparcelamento entre edifícios ou a redefinição de “skylines”, impõem alterações profundas à estrutura e tipologia das construções e, conseqüentemente, à forma de viver. Assim se vem delapidando o que deveria ser valorizado. Mesmo aparentando degradação, é quase sempre possível a conservação das estruturas existentes e dos seus processos construtivos (que são parte da história da construção), sem prejudicar a adequada resposta às exigências de conforto e de utilização próprias do século XXI.**



### **REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÓNIO CULTURAL IMÓVEL**

Aquando do desenvolvimento de estratégias de intervenção para a preservação/reabilitação de Património Cultural edificado, devem ser tidos em consideração diversos condicionalismos que se relacionam com a salvaguarda da sua autenticidade e da sua integridade, com o significado patrimonial da construção (significado arquitetónico e estrutural), com os requisitos de segurança e durabilidade, bem como com o tempo e o orçamento disponíveis para a fase de obra. Em tempos de pandemia e de crise económica, a possibilidade de refletir, retirar lições e sobretudo aprender é uma oportunidade que não deve ser perdida. Este é um bom momento para planejar o futuro das zonas históricas das cidades que se esvaziaram de vida própria e que se mostram quase reduzidas a complexos hoteleiros. Em particular, importa ponderar as mais-valias da opção por políticas que privilegiem e implementem a manutenção das comunidades locais nos centros históricos, promovendo-se, simultaneamente, a qualidade nas intervenções de conservação e reabilitação do Património Construído. Seja este Património monumental ou vernacular,

as intervenções deverão sempre respeitar os valores existentes. Sem esquecer que o turismo é um setor fundamental para o equilíbrio económico do país, fica neste momento a lição de que, como diz o povo, “não se devem pôr os ovos todos no mesmo cesto”. Temos todos muito a ganhar com a proteção e valorização do nosso Património Cultural. Para tal, a criteriosa manutenção da sua autenticidade e integridade contribuirá, desde já e a longo prazo, para um turismo sustentável, com renovação dos recursos, dirigido não só para o mercado externo, mas também apostando e valorizando o mercado interno.

Práticas como a demolição integral do interior dos edifícios privilegiado o “fachadismo”, o emparcelamento entre edifícios ou a redefinição de “skylines”, impõem alterações profundas à estrutura e tipologia das construções e, conseqüentemente, à forma de viver. Assim se vem delapidando o que deveria ser valorizado. Mesmo aparentando degradação, é quase sempre possível a conservação das estruturas existentes e dos seus processos construtivos (que são parte da história da construção), sem prejudicar a adequada resposta às exigências de conforto e de utilização próprias do século XXI. Para isso, e para que o projeto se apoie em

dados objetivos, a inspeção e o diagnóstico do estado das estruturas são um contributo fundamental, possibilitando a avaliação real do estado dos materiais e da segurança estrutural do construído, contribuindo para soluções arquitetónicas e estruturais menos intrusivas. A preservação das estruturas existentes, para além de garantir a integridade e autenticidade dos imóveis e, conseqüentemente, contribuir para a identidade da cidade, traduz-se, ainda, em sustentabilidade e economia circular com importantes ganhos ambientais e económicos. Neste contexto, verifica-se que a formação e a qualificação profissional de todos os que trabalham com o Património Cultural é fundamental: desde os quadros superiores aos trabalhadores responsáveis pela realização manual de tarefas específicas que requerem o saber fazer tradicional. Nesta perspetiva, o Grémio do Património (GECORPA) defende que só com adequada qualificação e conhecimento será possível realizar obras com qualidade e durabilidade, parâmetros fundamentais nas intervenções em Património Cultural.

O Património Cultural não é apenas o que herdamos das gerações passadas, é principalmente o que escolhemos transmitir às gerações futuras ■